



88

5

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

036

PROCESSO Nº 0200001-1

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RECORRIDO: JOSCELIO DE SOUZA PEREIRA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA HELENA LUNA

EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER. LESÃO CORPORAL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA DO PARQUET. INACOLHIDA. CRIME DE AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA À REPRESENTAÇÃO DA VÍTIMA. EXERCÍCIO DO DIREITO DE RENÚNCIA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO FEITO. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. UNANIMIDADE.

1. É de se reconhecer, no caso em comento, a legitimidade ativa do *Parquet* para interpor recurso em sentido estrito como *custos legis*.
2. Havendo previsão na Lei nº 11.340/06, no art. 16, de renúncia à representação, a Ação penal é pública condicionada. Assim, a ação contra o agressor não poderia prosseguir, como ocorre *in casu*, pois a vítima compareceu em Juízo e manifestou desinteresse no prosseguimento da ação.

3. Não provimento do recurso.
4. Unanimidade.

ACÓRDÃO

037

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso em Sentido Estrito nº 0200001-1, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, sem discrepância de votos, **em negar provimento ao recurso**, mantendo-se a combatida sentença, nos termos do voto do Des. Relator.

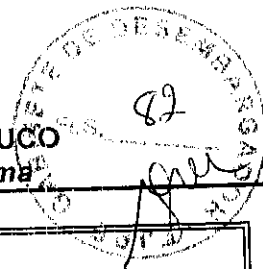
Recife, 3 de fevereiro de 2010.


Des. Presidente


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

038

PROCESSO Nº 0200001-1

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RECORRIDO: JOSCELIO DE SOUZA PEREIRA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA HELENA LUNA

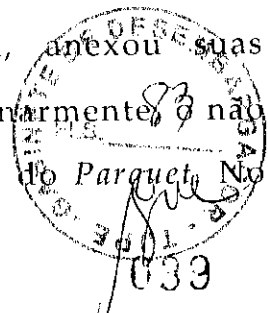
RELATÓRIO

Cuida-se de recurso em sentido estrito interposto pelo Representante do Ministério Público em face da decisão de fls. 32/35, que julgou extinta a punibilidade do recorrido, em virtude da renúncia da vítima à representação que fizera contra ele, pela prática do tipo previsto no art. 129, §9º, c/c art. 61 "a" e "e", ambos do Código Penal, c/c art. 5º da Lei nº 11.340/06.

O Juízo de 1º grau rejeitou a inicial e julgou extinta a punibilidade do recorrido/ofensor, respaldando sua decisão às fls. 32/35 com fulcro no art. 16 da Lei nº 11.340/06, c/c art. 107, V do Código Penal.

Em suas razões recursais às fls. 44/48, o *Parquet* tece argumento segundo o qual, *in casu*, a ação penal é pública incondicionada, razão pela qual é incabível a figura da renúncia e, por conseguinte, a rejeição da peça acusatória. Pugna, portanto, pela modificação da sentença, no propósito de que se acolha a denúncia e que se dê continuidade ao feito.

O recorrido, através de defesa técnica, anexou suas contrarrazões ao recurso às fls. 51/56, requerendo, preliminarmente, o não conhecimento do recurso em razão da ilegitimidade ativa do Parquet. No mérito, pleiteia a manutenção da sentença vergastada.




A douta Procuradoria de Justiça se manifestou, por intermédio do parecer de fls. 73/79, opinando pelo provimento do recurso. Sustentou que com o advento da Lei nº 11.340/06, o crime de lesão corporal leve quando praticado em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher passou a se submeter à ação penal pública incondicionada, sendo, pois, desnecessária a representação da vítima.

É O RELATÓRIO.

Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 01 de *de* de 2009.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator



90
0

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

040

PROCESSO Nº 0200001-1

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RECORRIDO: JOSCELIO DE SOUZA PEREIRA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA HELENA LUNA

V O T O

O Ministério Público do Estado de Pernambuco interpôs recurso em sentido estrito em face da decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Petrolina, que, rejeitando a inicial acusatória, julgou extinta a punibilidade do recorrido.

Compulsando os fólios, verifica-se que, após a manifestação da vítima pelo não prosseguimento do feito, o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Petrolina, observando o disposto no art. 16 da Lei nº 11.340/06, julgou extinta a punibilidade do recorrido.

Tal dispositivo dispõe, *verbis*:

“Art. 16: Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.”

Nas razões recursais de fls. 44/48, o *parquet* pugna pelo provimento do presente recurso, a fim de que a denúncia seja recebida. O Representante Ministerial argumenta que, em se tratando de crime de lesão corporal dolosa, a ação penal é pública incondicionada, tendo em vista a novel disciplina conferida pela Lei nº 11.340/06. 041

91
de

PRELIMINAR

O recorrido, em sede de preliminar, arguiu a ilegitimidade ativa do Ministério Público para interpor o presente recurso, sustentando que, em razão de os crimes de lesão corporal leve e de ameaça estarem submetidos à ação penal condicionada à representação da parte, a legitimidade ativa do *parquet* resta mitigada/limitada pela postura do ofendido.

No entanto, tenho que razão não assiste ao recorrido. *In casu*, o *parquet* se insurge contra a aplicação de dispositivos legais, atuando, portanto, como fiscal da lei. Neste mister, segue à risca o preceito contido no art. 127, da Carta Magna.

Diante do exposto, voto pelo não acolhimento da preliminar de ilegitimidade suscitada.

MÉRITO

Em exame acurado dos autos, tenho que o presente recurso não merece prosperar.

Com efeito, a respeito da matéria ora em análise existem duas correntes diversas.

A primeira entende que, havendo previsão na Lei nº 11.340/06, no art. 16, de renúncia à representação, a Ação penal é pública condicionada. Assim, a ação contra o agressor não poderia prosseguir,

como ocorre *in casu*, pois a vítima compareceu em Juízo e manifestou desinteresse no prosseguimento da ação.

A segunda, ao inverso, diz que se trata de Ação Penal Pública incondicionada, existindo previsão na lei sobre a inaplicabilidade da Lei 9.099/95, à qual se filia o recorrente.

042

Em que pese os argumentos do nobre representante do Ministério Público, vejo que a decisão do Juízo sentenciante tem respaldo legal e não merece reforma.

A vítima compareceu em Juízo e manifestou seu desinteresse na representação oferecida, bem como no prosseguimento do feito, nos termos do art. 16 da Lei nº 11.340/06.

Ressalte-se que a referida lei manteve a possibilidade de representação, já que em seu artigo 16 determinou que a renúncia à representação fosse realizada perante o Juiz.

Em outras palavras, para os casos de violência doméstica, que na maioria são casos de lesões corporais, a mulher continuaria com a disponibilidade de querer ou não seguir com o processo penal, mas para evitar que estivesse sendo coagida ou ameaçada pelo agressor, a lei protetiva determinou que apenas em audiência designada para tanto, na presença de um magistrado, a ofendida pudesse retirar a representação anteriormente realizada.

Portanto, andou bem o Juízo *a quo* ao determinar a extinção da punibilidade do agente supostamente agressor, já que a vítima, quando ouvida, manifestou o seu desejo de não representar contra ele.

Neste sentido, colaciono o seguinte precedente do Superior Tribunal de Justiça:

"Lei Maria da Penha. Delito de lesões corporais de natureza leve (art. 129, § 9º do CP). Ação penal dependente de representação. Possibilidade de retratação da representação. Extinção da punibilidade pela decadência.

1. O art. 16 da Lei nº 11.340/06 é claro ao autorizar a retração, mas somente perante o juiz. Isto significa que a ação penal, na espécie, é dependente de retratação.

2. Outro entendimento contraria a nova filosofia que inspira o Direito Penal, baseado em princípios de conciliação e transação, com o objetivo de humanizar a pena e buscar harmonizar os sujeitos ativo e passivo do crime."

(HC 113.608/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, Rel. p/ Acórdão Ministro CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 05/03/2009, DJe 03/08/2009).

043

Logo, não obstante a fundamentação do recorrente, e o parecer da douta Procuradoria de Justiça, voto pelo não provimento do recurso em sentido estrito, devendo a sentença ora combatida ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos.

É O COMO VOTO.

Recife, 3 de fevereiro de 2010.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
RELATOR